

Hospitais de porta fechada

Noéli Nobre e
Valesca Riviéri

Da equipe do **Correio**

Foram três dias de incerteza. Os 250 pacientes que precisam vir a Brasília toda semana para se submeter a cansativas sessões de hemodiálise não sabiam para onde ir. Haviam sido proibidos de usar, a partir de maio, as máquinas de filtração do sangue na capital federal por morar em outros estados. A inédita decisão do secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, causou mal-estar não apenas entre os doentes mas também entre autoridades estaduais e municipais de saúde, médicos e promotores do Ministério Público do DF (MPDF). Tanto que a medida teve repercussão imediata: de um lado, os governos procuraram alternativas em suas regiões. De outro, o MPDF considerou a suspensão inconstitucional.

O objetivo da Secretaria de Saúde é evitar a superlotação da rede pública do DF e das clínicas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de um prejuízo aproximado de R\$ 181 mil mensais. Exceções à regra, só em casos de emergência. A Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) recomendará à secretaria de Saúde que não interrompa o tratamento, caso contrário entrará com uma ação civil pública na Justiça.

A pressão da Secretaria de Saúde do DF serviu para que o estado de Goiás agilizasse algumas providências. Na tarde de ontem, a Comissão Intergestora Bipartite (formada por representantes da saúde de Goiás) se reu-

niu em Goiânia para discutir o problema da hemodiálise. No encontro, foi aprovado o credenciamento de uma clínica particular em Formosa (GO) para atender pacientes pelo SUS. E os doentes renais de Valparaíso, Cidade Ocidental e Novo Gama serão transferidos para Anápolis e Goiânia.

A clínica de Formosa deve receber as máquinas de hemodiálise até o dia 28. Ela terá capacidade para atender cem pacientes. Morador da cidade, Luís dos Santos, 27 anos, poderá ser um dos beneficiados, embora não se anime com a inauguração. "Prefiro fazer o tratamento aqui no DF porque é mais seguro. O tratamento é muito sério. Tenho medo de faltar material", diz ele, que ganha as passagens da prefeitura para fazer hemodiálise três vezes por semana no Hospital de Base.

APELO

Até que tudo esteja pronto para receber os doentes, o superintendente de Planejamento e Organização de Serviços de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás, Jorge Alves de Souza, faz um apelo para que o DF continue atendendo os pacientes. O mesmo pedido é feito pelo secretário estadual de saúde de Minas Gerais, Carlos Patrício. Segundo ele, está sendo criada, em Unaí, a diretoria regional de saúde que instalará um centro de hemodiálise. Mas ainda não há datas para o início do tratamento dos doentes.

O Ministério Público do DF, por sua vez, vai negociar um prazo de 90 dias com Ministério da Saúde (MS) para encontrar uma solução, antes de acionar a Justiça. "Entendemos as limitações

Lindauro Gomes



LUÍS DOS SANTOS PODERÁ SER TRASFERIDO PARA CLÍNICA DE HEMODIÁLISE EM FORMOSA, ONDE VIVE: "PREFIRO FAZER O TRATAMENTO NO DF"

orçamentárias da secretaria do DF. Por isso, vamos envolver o Ministério da Saúde na questão para que o dinheiro remetido a outros estados cubra os gastos no DF", afirma o promotor do Prosus, Carlos Alberto Canturini.

Frejat, reconhece que a proi-

bição é inconstitucional, mas a mantém. Segundo o secretário, a solução está nas mãos do MS. "Ou o ministério aumenta o teto ou paga teto extra. Não posso é prejudicar a população pela qual sou responsável simplesmente porque outros estados não assu-

mem a responsabilidade de atender a seus pacientes", alega.

A bronca assusta os secretários municipais de Saúde. Em Arinos (MG), a secretária Aparecida de Lima e Silva teme pelos três pacientes da cidade de 120 mil habitantes que podem morrer se fi-

carem sem o tratamento. O secretário de Valparaíso de Goiás, Aziz Chami, diz que nem mesmo recebeu o comunicado de Frejat. "Não temos condições de tratar esses doentes, até mesmo porque não recebemos nada do SUS para a hemodiálise", reclama.